



CADERNETAS AGROECOLÓGICAS E FEMINISMO: O TRABALHO E A RENDA DAS AGRICULTORAS E EXTRATIVISTAS DA AMAZÔNIA PARAENSE SE TORNAM VISÍVEIS

SCALABRIN, Andreia Cristine¹; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de (in memorian);
CRUZ, Beatriz da Luz²; SANTOS, Jaqueline Felipe dos³; COSTA, Maria das Graças de Figueiredo⁴; SANTANA, Mylena dos Santos⁵

1 Agrônoma, Mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Rural/UFPA, e-mail: andreiascalabrin15@gmail.com

2 Zootecnista, Especialista em Estudos Latinos Americanos/UFJF e Educadora da FASE, e-mail: beatrizluzlpi@gmail.com

3 Agrônoma, Educadora da FASE; e-mail: jaqueline@fase.org.br

4 Educadora Popular da FASE, e-mail: mcosta@fase.org.br

5 Assistente Social/UFPA, e-mail: mylenasantana88@gmail.com

RESUMO

O objetivo é demonstrar que os espaços protagonizados pelas mulheres da Amazônia paraense geram diversidade de alimentos e renda às suas famílias. A visibilidade do real papel das agricultoras na agricultura e na economia é necessária, já que o trabalho delas está inserido nas atividades produtivas e não produtivas, agrícolas e não agrícolas gerando sustentabilidade, diversidade produtiva, soberania, segurança alimentar e nutricional e renda. O estudo foi desenvolvido em 5 municípios do Estado do Pará por meio do monitoramento de 30 agricultoras com o preenchimento da Caderneta Agroecológica (CA) e aplicação de um questionário socioeconômico. Observou-se grande biodiversidade nas áreas, sendo conferidas aproximadamente 140 espécies vegetais e animais, mais produtos transformados em alimentos, bem como a viabilização da renda. Além de evidenciar que a CA é uma ferramenta que contribui na construção da autonomia, na reprodução e existência das famílias e na visibilidade do trabalho e da renda.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia; Gênero; Mulheres empoderadas; Quintais agroecológicos.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda sobre a necessária visibilidade do trabalho das mulheres agricultoras e extrativistas da Amazônia paraense que utilizam a Caderneta Agroecológica como instrumento de empoderamento e monetarização da produção dos espaços geridos por elas. Ele tem como objetivo demonstrar que os espaços protagonizados pelas mulheres geram diversidade de alimentos e renda às suas famílias.

O trabalho de orientação do uso e monitoramento da Caderneta Agroecológica (CA) pelas mulheres é realizado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE Amazônia), o qual faz parte de um projeto maior realizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em seu Grupo de Trabalho (GT) de Mulheres juntamente com a Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA). Estas instituições têm como o objetivo dar visibilidade, valorizar e incentivar a produção dos quintais agroecológicos, sobretudo das mulheres agricultoras por meio do uso das Cadernetas.

É importante ressaltar que, depois de um longo e fecundo debate entre essas instituições sobre o monitoramento da CA, chegou-se à conclusão de que os alimentos contabilizados na caderneta não ficariam centrados no espaço dos quintais produtivos, como inicialmente foi proposto pelo projeto, mas abarcariam o lugar de trabalho e de experimentação de forma autônoma das mulheres, para produção da agrobiodiversidade, soberania e segurança alimentar. Estes lugares, seja nos quintais produtivos, nas margens do rio ou nas florestas, dentro ou fora de suas unidades produtivas, cultivados e preservados pelas mulheres e que possibilitam a diversidade do saber fazer das comunidades.

Desta forma, com esse estudo é possível obter informações que demonstram o real papel das mulheres na agricultura e na economia da família e do país, já que o trabalho das mulheres vai além do doméstico realizado em seus lares. Elas estão inseridas nas atividades produtivas e não produtivas, agrícolas



e não agrícolas, gerando sustentabilidade, diversidade produtiva, soberania, saúde, renda e segurança alimentar e nutricional.

Este trabalho também permite que sejam realizados estudos e reflexões sobre gênero junto com as agricultoras, solidificando o debate feminista acerca das condições de inferioridade que as mulheres camponesas e quilombolas se encontram devido à histórica divisão sexual que segrega e hierarquiza o trabalho.

A relevância deste estudo se dá ao fato de que o trabalho desenvolvido pelas mulheres é historicamente pouco visível, principalmente quando se trata de contribuição econômica na medida em que “As estatísticas sobre a participação econômica feminina, portanto, devem ser analisadas com extrema cautela, pois além de revelarem apenas a parcela não-doméstica da contribuição da mulher à sociedade, tendem ainda a subestimá-la” (BRUSCHINI, 1994, p. 179).

De acordo com Viera et al (2013), as atividades desenvolvidas por mulheres não são consideradas trabalho, apenas ajuda, mesmo quando idênticas àquelas feitas por homens, o que vem sendo confirmado por inúmeros estudos existentes sobre agricultores familiares e que indicam uma divisão sexual bem definida que gera a invisibilidade do trabalho da mulher. Assim, fica notória a sobrecarga de trabalho que as mulheres assumem, porém, de modo geral, essa sobrecarga não corresponde ao reconhecimento social de sua importância na lógica da produção (ALMEIDA, 2002).

Nas reflexões sobre gênero e feminismo solidifica-se o debate acerca das condições de inferioridade que as mulheres camponesas e quilombolas se encontram devido à divisão sexual do trabalho, que segrega, atribui limite ao que é “trabalho de homem” e ao que é “trabalho de mulher” estabelecendo hierarquia e contribuindo para a ideia equivocada de que “trabalho de homem vale mais do que trabalho de mulher”. De acordo com Lopes Neto et al (2015), a invisibilidade da mão de obra feminina faz com que das mulheres se submetam a condições de trabalho degradantes e que se naturalizam pelas condições sociais predominantes. Esta construção social patriarcal traz como consequência o protagonismo majoritariamente dos homens, camuflando a contribuição decisiva dessas mulheres no campo e na construção do conhecimento agroecológico.

Essas reflexões buscam o empoderamento das mulheres a partir da conscientização da situação em que elas estão inseridas, pois a conscientização é uma categoria freireana que evidencia o processo de formação de uma consciência crítica em relação aos fenômenos da realidade objetiva (DAMO, MOURA e CRUZ, 2011). Nesse sentido, estes autores afirmam que a transformação social passa necessariamente pelo desenvolvimento coletivo de uma consciência crítica sobre o real; conseguindo distanciar-se para refletir, levar a uma visão distorcida da realidade por causa da superação das formas de consciência ingênuas. Dessa forma, é importante que os sujeitos se reconheçam no mundo e com o mundo no processo de conscientização, havendo a possibilidade de que, na transformação do mundo, transformem a si mesmos (FREIRE, 1980).

As agricultoras e extrativistas possuem espaços produtivos geridos por elas, o que os tornam, geralmente, desvalorizados e sem visibilidade. Os chamados quintais produtivos são vistos como extensão do espaço doméstico e não são percebidos enquanto espaços produtivos, já que, segundo a economia

4



clássica, não geram riquezas para o país, uma vez que “os quintais produzem para o autoconsumo, para manutenção das famílias durante os períodos de escassez, para garantir a soberania alimentar das famílias, mas não exatamente para o mercado” (LOPES NETO; LOPES; FEITAL, 2015, p. 2).

Neste sentido, o quintal também é comumente compreendido como espaço apenas de socialização e não de produção, como o lugar que sempre tem uma mesa e cadeiras para alocar as conversas, lugar de diversidade e trabalho não notados. Todavia, os espaços produtivos geridos pelas mulheres também são áreas que apresentam grande biodiversidade, além disso há confecção de produtos que complementam a alimentação e a renda de forma saudável gerando segurança alimentar e nutricional às famílias.

De modo geral, a soberania e a segurança alimentar e nutricional têm sido consideradas fundamentais para países reconhecidos como periféricos por permitir maior autonomia econômica, social e ambiental. Assim, para que o povo seja livre e soberano, é preciso que haja alimentação e saúde garantidas. Ser soberano é produzir e comercializar alimentos localmente, tendo forte vínculo com a cultura e com o modo de vida de cada região, afastando a dependência que existe dos grandes mercados internacionais para alimentar a população de um país, bem como ter uma produção limpa, sem agrotóxicos e transgênicos, prevendo a saúde e a manutenção do equilíbrio ambiental, o que ocorre nos sistemas agroecológicos.

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido por meio da pesquisa realizada em campo, a partir do preenchimento das Cadernetas Agroecológicas – adotadas pelas mulheres no período de um ano e pelo monitoramento das cadernetas realizado por técnicas da FASE Amazônia junto às agricultoras, havendo orientação para o preenchimento da CA pelas agricultoras; pela aplicação de um questionário socioeconômico elaborado com grandes questões acerca do acesso à terra e à água, do extrativismo, com objetivo de obter informações da vida das agricultoras referente ao papel que desempenham enquanto mulheres trabalhadoras rurais instituídas.

As metodologias participativas utilizadas junto às agricultoras foram as formações que abordaram estudos e reflexões sobre gênero e feminismo, bem como a metodologia da utilização das cadernetas no sentido de tornar monetário os produtos vendidos, consumidos, doados e trocados. Para isso, foram realizadas um total de 16 oficinas.

O monitoramento se deu por meio de visitas técnicas aos espaços produtivos durante um ano, iniciando em março de 2017 até fevereiro de 2018, sendo realizadas 5 visitas, em média, individuais e ampliadas a cada uma das 13 comunidades monitoradas, contabilizando o número de 30 mulheres com cadernetas distribuídas em cinco municípios paraenses (Igarapé Miri, Abaetetuba, Santo Antônio do Tauá, Santarém e Belterra).

A CA é como um caderno de anotação, dividido de forma em que as mulheres consigam registrar sua produtividade camponesa, com colunas que ajudam a identificar, quantificar e monetarizar o que é consumido, doado, trocado e/ou vendido.

Dessa forma, os dados foram tabulados em planilhas do editor Excel referente às CA pertencentes a cada uma das agricultoras e aos respectivos formulários analisados.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

A sistematização das informações registradas neste trabalho ainda não foi totalmente concluída. Contudo, é possível fazer constatações em função do conjunto de processos realizados e das reflexões coletivas junto às mulheres.

Sobre o estudo em geral, há condições de inferir que mesmo com toda a biodiversidade produtiva constatada, as mulheres enfrentam muitas dificuldades de organização e de produção, devido à necessidade de dedicar tempo com o cuidado com os(as) filhos(as), principalmente pela ausência de apoio e da corresponsabilidade das diferentes esferas do trabalho por parte dos companheiros, o que restringe a participação delas nas atividades dos grupos de mulheres e associações. Ainda assim, a maioria delas está ligada a algum grupo de mulheres ou associação mesmo com baixa frequência na participação.

Além disso, a falta de incentivo – seja de cunho financeiro ou de insumos – e as dificuldades no desenvolvimento das atividades produtivas que, devido às difíceis condições de trabalho que enfrentam, prejudicam a produção e a produtividade.

O monitoramento também traz informações sobre a dificuldade comum das mulheres em determinar valor, atribuir preço àquilo que é doado, consumido e trocado. Observa-se que isto ocorre, historicamente, por não enxergarem esses produtos como mercadoria.

Em consonância com os estudos de Lopes Nero et al (2015), os dados das CAs possibilitam constatar a notável diversidade de espécies exploradas de forma sustentável pelas mulheres do Pará. Contudo, neste estudo não iremos aprofundar as análises da totalidade dos dados e retrataremos resultados dos coletivos de Laranjituba, África, Santa Maria e Remédios.

O estudo traz evidências de que as atividades produtivas desenvolvidas pelas agricultoras dispõem de uma grande diversidade biológica de espécies advindas do extrativismo, cultivo e criações com mais de 140 espécies conferidas (ver tabela 1).

Tabela 1. Diversidade biológica dos quintais agroecológicos geridos pelas mulheres.

Espécies/Produtos	Classificação
Abiu, Açaí, Acerola, Abacaxi, Abacate, Ajirú, Ameixa, Bacaba, Bacabi, Bacuri, Banana, Biribá, Cacau, Cajarana, Cajú, Carambola, Cupuaçú, Coco, Fruta pão, Goiaba, Graviola, Inajá, Ingá, Laranja, Limão, Manga, Maracujá, Mamão, Marí, Melancia, Muruci, Murumuru, Pupunha, Tamarindo, Tangerina, Tucumã, Turanja, Urucum, Uxi.	Frutas
Alface, Açafrão, Carurú, Cheiro verde, Chicória do Pará, Couve, Couve orelha de macaco, Feijão verde, Jambú, Jerimum, Maxixe, Pepino, Pimentinha, Pimenta dedo de moça, Quiabo, Taioba, Tomate, Tomate cereja, Vinagreira.	Hortaliças
Alfavaca, Algodão, Amor crescido, Anador, Aroeira, Arruda, Babosa, Boldo, Canela, Capim limão, Capim marinho, Capim santo, Catinga de mulata, Cipó alho, Cravo cidreira, Cominho, Elixir paregórico, Erva cidreira, Gengibre, Hortelã, Hortelã folha grossa, Manjerição, Maravilha, Mastruz, Meracilina, Mucura-caá, Noni, Pariri, Pirarucú, Pirarucú branco, Sete dores, Sucuúba, Terramicina, Vindicá, Vic.	Ervas Medicinais
Batata doce, Cará, Cará roxo, Mandioca, Macaxeira.	Raízes/Tubérculos
Arroz, Feijão, Gergelim, Milho.	Grãos/Sementes
Galinha caipira, Gado, Pato, Paturi, Peixes, Perú, Porco.	Pequenos Animais



Farinhas de Tapioca e de Mandioca, Croeira.	Farinhas
Artesanato de Miriti, Bejú, Biscoitos de coco e de castanha, Carirú, Cana de açúcar, Coloral, Doces, Geleias, Goma de tapioca, Maniçoba, Ovos, Polpas de frutas, Tacacá, Tapioca, Tipiti, Tucupi, Vinho de açaí.	Outros alimentos/ produtos

Fonte: Pesquisa de campo

Esta tabela reflete a biodiversidade, bem como seus produtos e/ou alimentos que são produzidos e confeccionados pelas mulheres. Os produtos – advindos dos quintais e produzidos sem o uso de agrotóxicos e de transgênicos – são essenciais para a manutenção da segurança alimentar e nutricional das famílias, pois além de proporcionarem saúde e renda e são consumidos pelas famílias, trocados e comercializados nas próprias comunidades e nas feiras livres. Sejam nas feiras em seus municípios, bem como na Feira Agroecológica realizada mensalmente pela FASE Amazônia na cidade de Belém – Pará, algumas comunidades também abastecem os mercados institucionais (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos - PAA).

Com essa diversidade de produtos, as famílias evitam que os mesmos sejam adquiridos no mercado juntamente com alimentos cultivados com agrotóxicos e adubos químicos, garantindo alimentos e nutrientes saudáveis, sem aditivos nocivos à saúde.

Neste sentido, vários autores debatem que a

A possibilidade de adquirir comidas em grandes redes de supermercados faz com que o consumidor se deslumbre com as diversas opções, com a novidade das indústrias alimentícias e com os preços cada vez mais atrativos de alguns gêneros (devido à competição entre várias marcas), não agregando grande importância aos aspectos relacionados com o valor nutricional do alimento que estão adquirindo (ALMEIDA et al, 2002; GARCIA, 2003; OLIVEIRA, 1997 citado por FRANÇA et al, 2012, p. 4).

Os resultados dos rendimentos de dois coletivos demonstrados abaixo, são feitos por comunidades, seja uma única comunidade ou o agrupamento de duas ou mais, o que apresenta noção mais ampliada do volume de produção consumida, doada, trocada e vendida nos referidos coletivos monitorados. Ressaltamos que os meses transformados em gráfico e em tabela são os meses em comum para todas as mulheres ainda que tenham anotado meses a mais. Essa aglutinação dos meses em comum a cada coletivo de mulheres se faz necessário para padronizar as análises.

Desta forma, aglutinamos as Comunidades de Laranjituba e África em Abaetetuba e observamos rendimentos totais (tabela 2) que concentram o destino da produção, principalmente para consumo (45%) e vendas (40%). Doação (10%) e a troca (5%) atingem valores menores (gráfico 1).

Tabela 2. Totais referente ao período de abril de 2017 a janeiro de 2018.

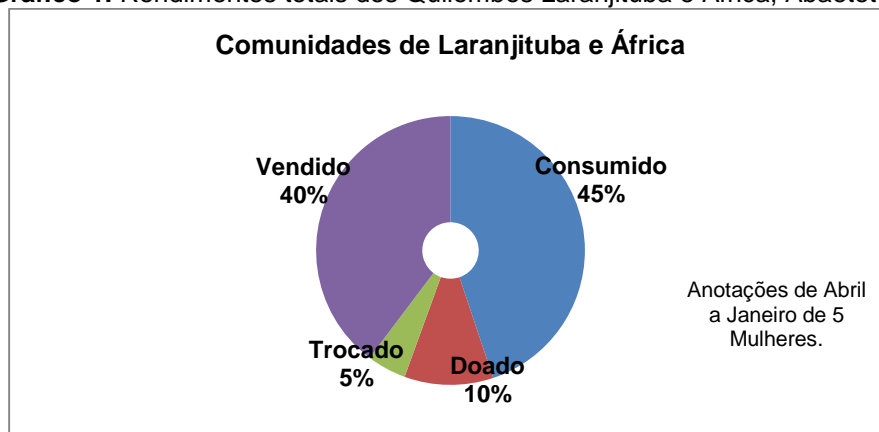
Consumido	Doado	Trocado	Vendido	Total	Média
R\$ 13.230,50	R\$ 3.155,75	R\$ 1.396,55	R\$ 11.715,00	R\$ 29.497,80	R\$ 589,95

Fonte: Planilhas CA



Verificamos nesta tabela consideráveis montantes em todos os itens com uma média mensal de R\$589,95 para cada uma das cinco mulheres. Desta forma, é possível verificar que há uma renda mensal significativa, originada do trabalho realizado por cada mulher, provando a importância dessa produção no consumo e na renda da família.

Gráfico 1. Rendimentos totais dos Quilombos Laranjituba e África, Abaetetuba.



Fonte: Planilhas CA

Os rendimentos totais representados neste gráfico demonstram as porcentagens descritas acima com anotações das cadernetas no período de abril de 2017 a janeiro de 2018 de cinco mulheres e contribui para desmistificar a ideia de que somente os homens geram renda para o sustento da família. Aqui, as mulheres agricultoras e extrativistas geram produção e renda às suas famílias contrariando a construção patriarcal de que: "... seria do homem o mundo da produção, entendida aqui como envolvendo as atividades voltadas para o mercado, geradoras de renda monetária, aquelas normalmente tidas como sendo 'as que de fato importam'" (MENASCHE et al, 1996, p. 19).

Nas comunidades de Santa Maria e Remédios em Santo Antônio do Tauá, pode-se perceber uma diferença considerável nos rendimentos entre o que foi consumido (R\$ 2.652,00) e o que foi vendido (R\$ 12.081,50), conforme tabela 3. Em um ano, as mulheres arrecadaram R\$ 15.366,50, uma média de R\$80,36 por mulher.

Tabela 3. Totais referente ao período de abril de 2017 a janeiro de 2018, Santa Maria e Remédios.

Consumido	Doado	Trocado	Vendido	Total	Média
R\$ 2.652,00	R\$ 499,00	R\$ 134,00	R\$ 12.081,50	R\$ 15.366,50	R\$ 80,36

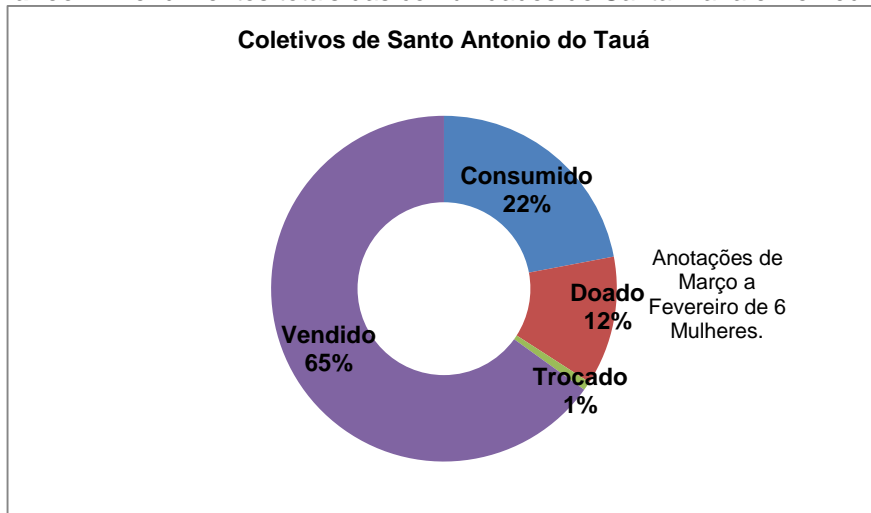
Fonte: Planilhas CA

Neste caso, temos uma renda média por mulher consideravelmente menor que os coletivos de Laranjituba e África. Mesmo assim é preciso considerar a importância dessa renda para os grupos e para cada uma das mulheres, pois mesmo sem grande produção, de forma geral, há uma produção diversificada com participação de uma cooperativa por algumas delas.



O gráfico 2 demonstra os percentuais desta tabela. Consumo de 22%, venda de 65%, doação de 12% e troca de 1%, percentuais resultantes das anotações da CA do período de março de 2017 a fevereiro de 2018.

Gráfico 2. Rendimentos totais das comunidades de Santa Maria e Remédios.



Fonte: Planilhas CA

A monetarização dos produtos e a visualização da renda leva à valorização do trabalho das agricultoras e extrativistas e é essencial para que elas percebam a importância do papel que desempenham para a economia local, empoderando-as, de modo que possam reafirmar que os afazeres dessas mulheres não é ajuda, mas, sim, trabalho. Nesse sentido, as autoras Maronhas, Schottz e Cardoso (2014, p. 3755) afirmam que:

Ao refletir sobre suas experiências, muitas mulheres perceberam que há uma enorme desvalorização do seu trabalho por parte dos maridos e também da própria comunidade, que enxergam as suas iniciativas de organizar-se em grupos produtivos como “perda de tempo” ou “invenção de moda” de quem “não tem nada pra fazer”.

De acordo com Damo, Moura e Cruz (2011), a reafirmação consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência, ou seja, “que ultrapassemos a esfera espontânea da apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica” (FREIRE, 1980, p. 26). Essa tomada de consciência nada mais é do que o empoderamento, já que o processo de conscientização e está em desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observa-se que a CA é uma ferramenta que contribui na construção da autonomia, na visibilização da produção e do trabalho das mulheres agricultoras e extrativistas, bem como na reprodução e subsistência das famílias em que a produção delas gera elevado nível de diversidade de produtos e alimentos às famílias, que são consumidos, doados, trocados e vendidos pelas produtoras, gerando renda e segurança alimentar às agricultoras e suas famílias.



Do ponto de vista econômico, portanto, a CA possibilitou visibilizar a importância das mulheres na produção para o autoconsumo, na promoção da saúde e na geração de renda das famílias.

A CA ganha legitimidade, na medida em que busca dimensionar a contribuição produtiva das mulheres camponesas e quilombolas, consolidando a premissa de que *Sem Feminismo não há Agroecologia* sendo, então, um instrumento de afirmação do trabalho das mulheres na Agroecologia.

O objetivo maior era demonstrar que os espaços protagonizados pelas mulheres geram diversidade de alimentos e renda às famílias foi alcançado com êxito. A pesquisa e o acompanhamento junto às agricultoras pretendem continuar a dar visibilidade o protagonismo ao trabalho desenvolvido por essa mão de obra feminina, e conscientizá-las para que elas possam mudar suas realidades a partir do empoderamento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. P. Trabalhos femininos e papéis sociais em uma comunidade rural do nordeste do paraense. In: HÉBERTTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (Orgs.): **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**, Belém: EDUFPA, 2002. p. 56-84.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Revista Estudos Feministas**. Ano 2. N. Especial. 1994. p. 179-199.

DAMO, A.; MOURA, D. V.; CRUZ, R.G. **Conscientização em Paulo Freire: consciência, transformação e liberdade**. Congresos Internacionales: Contribuciones a las Ciencias Sociales, Enero, 2011. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccss/11/dmc.pdf>>. Acesso em: 18 de dezembro de 2018.

FRANÇA, F.C.O; MENDES, A.C.R.; ANDRADE, I.S.; RIBEIRO, G.S.; PINHEIRO, I. **Mudanças dos hábitos alimentares provocados pela industrialização e o impacto sobre a saúde do brasileiro**. In: Seminário Alimentação e Cultura na Bahia, 1. 2012. Disponível em: <http://www2.uefs.br:8081/cer/wp-content/uploads/FRANCA_Fabiana.pdf>. Acesso em 17 de dezembro de 2018.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

LOPES NETO, A. A.; FEITAL, A.; LOPES, I. L.; ALMEIDA, A.; TELLES, L. Caderneta Agroecológica: empoderando mulheres, fortalecendo a Agroecologia. **Agriculturas**, v. 12 - n. 4, Dez/2015. p. 42-47.

LOPES NETO, A. A.; LOPES, I. L.; FEITAL, A. Caderneta Agroecológica e Feminismo: o que os quintais produtivos da Zona da Mata têm a nos dizer. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3. 2015.

MENASCHE, R.; TORRENS, J. C. S.; ESCHER, M. S.; BARGUIL, S. R. **Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite**. Pesquisa DESER/CEMTR/PR. 1996. 97 p.